

## ÍNDICE

1. Identificação do Procedimento .....	2
2. Entidade Adjudicante .....	2
3. Órgão que tomou a decisão de contratar.....	2
4. Fundamentação da escolha do procedimento .....	2
5. Acesso às peças do procedimento.....	2
6. Visitas.....	2
7. Preço base .....	3
8. Noção de proposta .....	3
9. Documentos que constituem a proposta .....	3
10. Idioma dos documentos que constituem a proposta .....	5
11. Propostas variantes .....	5
12. Prazo de apresentação das propostas .....	5
13. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que a instruem.....	5
14. Órgão competente para prestar esclarecimentos e Listas de erros e omissões .....	5
15. Prazo de manutenção das propostas .....	6
16. Critério de adjudicação .....	6
17. Consultores e estudos de apoio à decisão.....	7
18. Leilão eletrónico .....	7
19. Contrato.....	7
20. Caução .....	7
21. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário.....	7
22. Idioma dos documentos de habilitação.....	8
23. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação .....	8
24. Outorga do contrato .....	9
25. Despesas e encargos do adjudicatário.....	9
26. Legislação aplicável.....	9
Anexo I – Documento Europeu Único de Contratação Pública .....	10
Anexo II – Modelo de Proposta de Preço .....	11

## **1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

Procedimento n.º SCGC\_FMUP\_CPI\_00002\_2025 - Equipamento para revestimento, secagem, termofixação e laminação de substratos têxteis – SelfEnergyDriver.

## **2. ENTIDADE ADJUDICANTE**

**REQUIMTE - Rede de Química e Tecnologia**, Pessoa Coletiva com o NIF: 505722232, sita na Praça Coronel Pacheco nº 15-6º andar - 4050-453 Porto.

## **3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Diretor do REQUIMTE em 22/05/2025, ao abrigo das suas competências próprias.

## **4. FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO**

Concurso Público com publicidade internacional, por via do critério do valor definido no artigo 20.º n.º 1 alínea a) do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro.

## **5. ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

1. Nos termos do disposto no artigo 133º do CCP as peças do procedimento estão disponíveis para consulta ou importação gratuitas na plataforma eletrónica de contratação Acingov, no seguinte endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República e no JOUE.

2. As peças do procedimento estarão disponíveis para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo fixado para a apresentação das propostas, podendo ser examinadas, das 10h às 12h e das 14h às 16 horas no Serviço de Compras no seguinte endereço: Praça Gomes Teixeira, s/n, 4099-002 Porto.

3. Para aceder à plataforma eletrónica Acingov, o concorrente deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>. Para mais informações, ou dificuldades no uso da plataforma, deverá ser consultado o Serviço de Gestão de Clientes, na mesma, através do número 707 451 451, nos dias úteis das 9h às 19h ou via e-mail para [apoio@acingov.pt](mailto:apoio@acingov.pt).

## **6. VISITAS**

1. Podem os interessados visitar os locais onde serão instalados os bens objeto do contrato, podendo nestes realizar, e sempre às suas expensas, os reconhecimentos e exames que entenderem indispensáveis à correta elaboração das suas propostas, sem que de tal possa decorrer qualquer distúrbio ao normal funcionamento dos serviços aí existentes e em atividade.

2. As visitas serão realizadas no horário compreendido entre as 10 horas e as 17 horas, com interrupção entre as 12h e as 14h, até à data limite para a apresentação das propostas.

3. O cocontratante não poderá invocar qualquer desconhecimento das condições dos espaços onde serão instalados os equipamentos objeto do presente procedimento para se exonerar das suas responsabilidades, bem como pelo não fornecimento de todos os serviços e materiais necessários à instalação e correto funcionamento dos equipamentos nos espaços do contraente público onde os equipamentos serão instalados.

4. Para cumprimento do previsto no número 1, os interessados deverão indicar, através do canal “Outras Comunicações”, disponível na plataforma eletrónica Acingov, a data e hora pretendida, a identificação das pessoas que irão realizar a visita, sendo que deverão fazê-lo com uma antecedência mínima de 3 dias úteis face à data pretendida e à qual será dada resposta até ao dia útil anterior da data pretendida.

## **7. PREÇO BASE**

1. O preço base para a aquisição é de **160.000,00 EUR (cento e sessenta mil euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar pelo fornecimento dos bens, objeto do contrato, limitando o preço contratual pelo período de vigência admitido.

2. A definição do preço base teve como referência consultas informais ao mercado.

3. Das consultas efetuadas não foi divulgado ou obtido qualquer dado que possa ser suscetível de distorcer a concorrência, no entanto as mesmas serão disponibilizadas para consulta presencial, caso solicitadas, após o término do prazo para apresentação de propostas.

4. O preço base descrito no número anterior, limita o preço contratual e determina a exclusão da proposta, caso os atributos preços sejam superiores.

5. Deverá estar incluído no preço da proposta todos os serviços e materiais necessários à instalação e correto funcionamento dos equipamentos nos espaços do contraente público onde serão instalados.

6. Todas as marcas e modelos referidos nas peças do presente procedimento, são meramente indicativos e apenas servem como referência, devendo considerar-se como “*Tipo ou equivalente*”.

## **8. NOÇÃO DE PROPOSTA**

1. A Proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

2. Para efeitos do presente Programa, entende-se por atributo da Proposta qualquer elemento ou característica da mesma que diga respeito a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência pelo caderno de encargos.

## **9. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA**

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) (**Anexo I** ao presente Programa de Concurso), disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
    - i. “Sou um operador económico”;
    - ii. “Importar um DEUCP”;
    - iii. “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma;
    - iv. Selecionar o país do concorrente;
    - v. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
    - vi. No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto aos documentos da proposta.
    - vii. No caso de agrupamentos concorrentes, deve ser apresentado um DEUCP distinto relativamente a cada um dos seus membros.
  - b. Proposta de preço total em conformidade com o modelo **Anexo II** ao Programa de Concurso, considerando:
    - i. Preços unitários e preço total que não devem incluir o IVA;
    - ii. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos, e não incluem IVA;
    - iii. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
    - iv. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
  - c. Documento com os detalhes e especificações dos bens propostos;
  - d. Certidão de Registo Comercial no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva ou Certidão Permanente.
  - e. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos da definição dos atributos da sua proposta, e os elementos técnicos e outros necessários à apreciação do mérito da proposta tendo em atenção o Critério de Adjudicação.
2. De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, a declaração referida na alínea a) do n.º 1, bem como a Proposta deve ser assinada pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 57.º do CCP, quando a Proposta seja apresentada por um Agrupamento Concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 1, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

4. Para além da exigência prevista no n.º 2 do presente artigo, devem ser assinados eletronicamente, pelo Concorrente ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, todos os documentos solicitados no n.º 1, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos, nos termos do n.º 5 do mesmo artigo.

5. No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente o assinante com o concorrente é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

#### **10. IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA**

Considerando a especificidade técnica das prestações objeto do contrato a celebrar, os documentos referidos no artigo 9, com exceção dos referidos nas alíneas a) e b), podem ser redigidos em Inglês e/ou espanhol e/ou francês.

#### **11. PROPOSTAS VARIANTES**

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

#### **12. PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às **23:59:59h do 32º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação no JOUE.

#### **13. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS QUE A INSTRUEM**

1. As propostas e os documentos que a instruem serão apresentados, única e exclusivamente, através de carregamento na plataforma eletrónica em uso nesta entidade com endereço <http://www.acingov.pt>.
2. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta, com recurso a certificado digital qualificado, assim como todos os documentos que lhe associarem.
3. A falta de instrumentos de representação quando o certificado não contenha os poderes de representação e assinatura é suprável nos termos aplicáveis ao suprimento de irregularidades formais.

#### **14. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS E LISTAS DE ERROS E OMISSÕES**

1. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do concurso.
2. Qualquer pedido de esclarecimentos deve ser efetuado nos seguintes termos:
  - a. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica de

contratação AcinGOV, na funcionalidade “esclarecimentos/comunicações”, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

- b. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, através da plataforma eletrónica, na funcionalidade “esclarecimentos/comunicações”, pela REQUIMTE, até ao dia anterior ao prazo fixado para apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar, pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
4. Os erros e omissões do caderno de encargos, detetados pelos interessados, devem ser apresentados ao órgão competente para a decisão de contratar, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
5. O órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados, os que não sejam por ele expressamente aceites.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela REQUIMTE e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo imediatamente notificados desse facto, todos os interessados que as tenham adquirido e publicitado na plataforma eletrónica, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
7. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos pontos anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **15. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

As propostas mantêm-se obrigatoriamente até 66 dias úteis após o termo do prazo para sua apresentação.

## **16. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.
2. Em caso de empate entre propostas, as mesmas serão ordenadas:
  - a. Prazo de garantia, prevalecendo a proposta que apresentar o maior prazo de garantia;
  - b. Prazo de entrega, prevalecendo a proposta que apresentar o menor prazo de entrega;
3. Subsistindo o empate, a escolha da proposta será realizada mediante sorteio de “bola branca”, notificando-se todos os concorrentes do dia e hora da realização desse ato, o qual irá decorrer nas instalações do Serviço de Compras e Gestão Contratual dos Serviços Partilhados da Universidade do Porto.

## **17. CONSULTORES E ESTUDOS DE APOIO À DECISÃO**

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respectivos relatórios que para eles remeterão.

## **18. LEILÃO ELETRÓNICO**

Não aplicável.

## **19. CONTRATO**

Haverá lugar a celebração de contrato escrito, nos termos em que o artigo 94.º do CCP o prevê.

## **20. CAUÇÃO**

Não será exigida a prestação de caução, nos termos do nº 2 do artigo 88.º do CCP.

## **21. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A APRESENTAR PELO ADJUDICATÁRIO**

1. Nos termos do estabelecido no artigo 81.º do CCP, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
  - a. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP;
  - b. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
    - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
    - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - c. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

- d. Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente;
- e. Comprovativo da realização do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do disposto no art.º 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE).

(O registo do beneficiário efetivo é obrigatório para todas as entidades constituídas em Portugal ou que aqui pretendam fazer negócios. Todas as empresas, associações, fundações, entidades empresariais, sociedades civis, cooperativas, fundos ou trusts têm de ter os seus beneficiários efetivos registados.)

- 2. O documento previsto na alínea d), do número anterior apenas é obrigatório no caso de existirem alterações às inscrições constantes do documento apresentado em sede de apresentação de proposta (alínea d), do n.º 2, do artigo 7º).
- 3. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) e c) do n.º 1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado e os documentos estiverem disponíveis para consulta.
- 4. Quando o adjudicatário for um agrupamento os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.

## **22. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 2. Com a exceção da declaração exigida na alínea a) do n.º 1 do Programa do Concurso (Anexo II do CCP), que deve ser emitida em português, os restantes documentos podem ser apresentados em língua estrangeira, desde que o adjudicatário indique a local ou origem dos mesmos de forma a poder ser realizada a sua confirmação.

## **23. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de cinco dias após a notificação da adjudicação.
- 2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
- 3. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP deve ocorrer no prazo de dois dias.



#### **24. OUTORGA DO CONTRATO**

A outorga do contrato terá lugar no prazo de trinta dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.

#### **25. DESPESAS E ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO**

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

#### **26. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo quanto for omissa no presente programa do concurso observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro), e restante legislação aplicável.

**ANEXO I – DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

[a que se refere a alínea n.º 1 do artigo 168.º do CCP]

<http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

**PROPOSTA Nº (...)**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, morada de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, moradas de sede, número de matrícula na Conservatório do Registo Comercial e número de pessoa coletiva), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do *procedimento CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º SCGC\_REQUIMTE\_CPI\_00002\_2025 - EQUIPAMENTO PARA REVESTIMENTO, SECAGEM, TERMOFIXAÇÃO E LAMINAÇÃO DE SUBSTRATOS TÊXTEIS – SELFENERGYDRIVER* e de todas as condições estabelecidas no Caderno de Encargos e restantes peças patenteadas, propõe-se executar o contrato, de acordo com o preço a seguir discriminado:

Descrição	Un	Preço Unit. s/ IVA	Preço total s/IVA
Equipamento multifuncional para revestimento, secagem, termofixação e laminação de substratos têxteis com formulações de nanomateriais	1		
Foulard para impregnação de amostras têxteis destinado a ensaios laboratoriais	1		
<b>TOTAL (sem IVA)</b>			

<b>Prazo de Entrega (dias) – máximo 120 dias</b>	
<b>Garantia (meses/anos) – mínimo 24 meses / 2 anos</b>	

O fornecimento dos equipamentos constantes do quadro supra será efetuado pelo preço global de ... (valor €), ... (valor por extenso), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, desde que legalmente devido, no prazo de execução do contrato.

..... (local), ..... (data)

..... (assinatura).....